



CARNAVAL E O MITO DA NÃO VIOLÊNCIA: DIMENSÕES DO RACISMO RELIGIOSO NO BRASIL

ANNA PAULA BARRETO PEDRA

Resumo: Comunidades afro-brasileiras sofrem todo o tipo de violência física, simbólica ou material. O carnaval, enquanto expressão da herança africana no Brasil, torna-se um espaço privilegiado para analisarmos o caráter racista dessa violência principalmente em torno de suas práticas religiosas. Este artigo tem como objetivo compreender as faces do racismo religioso, ao analisar casos de violências no âmbito do carnaval de 2022. Assim, analisaremos (1) o carnaval como alegoria da cordialidade racial brasileira; (2) a ideia da *não violência* no Brasil e a demonização das religiões de matriz africana; (3) a construção do termo *racismo religioso*; e por fim, (4) abordaremos alguns casos de racismo religioso no carnaval de 2022. Conclui-se que a valorização de temáticas afro-religiosas nos carnavais dos últimos anos se dá como resposta ao aumento do racismo religioso brasileiro.

Palavras-chave: Religião. Carnaval. Violência. Racismo religioso. Intolerância religiosa.

Abstract: Afro-Brazilian communities suffer all kinds of physical, symbolic or material violence. Carnival, as an expression of the African heritage in Brazil, becomes a privileged space to analyze the racist character of this violence, mainly around its religious practices. This article aims to understand the faces of religious racism, by analyzing cases of violence within the scope of the 2022 carnival. Thus, we will analyze (1) carnival as an allegory of Brazilian racial cordiality; (2) the idea of *non-violence* in Brazil and the demonization of African-based religions; (3) the construction of the term *religious racism*; and finally, (4) we will address some cases of religious racism in the 2022 carnival. It is concluded that the appreciation of afro-religious themes in carnivals in recent years is a response to the increase in Brazilian religious racism.

Keywords: Religion. Carnival. Violence. Religious racism. Religious intolerance.

Introdução

As dinâmicas entre religião, carnaval e cultura estão constantemente em transformação. Analisar a religião no contexto carnavalesco é ampliar a compreensão sobre o lugar ocupado



pelo religioso no espaço público, debate que muitas vezes articula noções de identidade, gênero, tradição, patrimônio e direitos. Nessa relação, percebemos que muitas vezes não se trata apenas da religião como tema carnavalesco, mas do próprio carnaval ser entendido como um ato religioso. Sendo assim, o carnaval é um espaço propício para analisarmos questões referentes à relação entre religião e as diversas dinâmicas sociais, inclusive a questão da violência.

As referências a universos religiosos são uma constante nas apresentações das escolas de samba durante o carnaval, mas é preciso destacar que desde 2016 não houve um carnaval sem que pelo menos uma delas abordasse a religião como tema central de seus enredos.¹ A homenagem ao orixá Exu que deu a vitória a Escola de Samba Grande Rio neste ano, fez com que o racismo religioso e a histórica hostilidade às religiosidades de matriz africana, se manifestassem de diversas formas, seja através de ataques físicos ou virtuais a seus adeptos. Partimos do pressuposto de que o aumento de enredos com temáticas que fazem referência ao universo afro-religioso no carnaval dos últimos anos pode ser considerado uma resposta ao aumento de casos de violência contra seus adeptos, seus espaços e objetos sagrados.

Este artigo pretende indicar que a violência física ou simbólica sofrida por adeptos das religiões afro-brasileiras no Brasil atualmente, tem como origem o racismo estrutural. Através da histórica perseguição às religiões de matriz africana tanto pelos colonos como pelo Estado brasileiro, cria-se no país uma cultura de intolerância que repousa até os dias de hoje, no que podemos chamar de “racismo religioso”. Esses ataques são resultados de uma postura teológica evangélica – eminentemente cristã – de demonização dos cultos afro junto a ideologias raciais que formam o pensamento brasileiro (SANTOS, 2022, p. 45).

Dentro deste contexto o próprio carnaval como manifestação cultural se torna alvo da violência e demonização, pois leva para a avenida a narrativa de heranças africanas, seus cultos e festividades, contrapondo a hegemonia do cristianismo branco e euro-centrado. Suas práticas religiosas, sua estética e seu modo de vida são marginalizados ao longo dos anos por um racismo que estrutura todas as faces e relações da sociedade brasileira, que desde o século XVI persegue e violenta a população negra e escravizada.

Neste artigo, portanto, partimos do pressuposto de que não é somente a disputa do mercado religioso em território nacional que explica as articulações da violência motivada por razões religiosas. Esse movimento tem a ver com o renovado processo de demonização das entidades de cultos de

.....
¹ Informação disponibilizada pelo antropólogo Lucas Bártolo, em abril de 2022, em entrevista concedida ao Instituto Unisinos, disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/618981-religiao-e-cultura-no-carnaval-2022>. Acesso em: 22 nov. 2022.



origem africana que desde o estabelecimento de uma teologia católica indo-europeia estrutura e forja social e epistemologicamente uma sociedade baseada na violência e na hostilidade aos povos, heranças culturais e religiosas africanas. Assim, percorreremos ao longo deste artigo o seguinte caminho: (1) o carnaval como um tipo de alegoria da cordialidade racial brasileira; (2) desenvolveremos a ideia da “não violência” como um mito arraigado na construção social do Brasil, bem o funcionamento dos mecanismos da demonização das religiões de matriz africana; (3) a conceituação do termo *racismo religioso*; (4) e por fim, uma análise sobre o racismo religioso no carnaval de 2022, através do levantamento de três casos ocorridos no âmbito da festa. Este artigo, portanto, tem como objetivo demonstrar o caráter racista dessas violências evocando a pertinência do termo *racismo religioso* ao analisar os casos, assim como perceber que a valorização de temáticas afro-religiosas nos carnavais dos últimos anos se dá como resposta ao aumento da violência em função do racismo religioso no Brasil.

1. O carnaval como alegoria de um Brasil cordial

Mikhail Bakhtin (1993) compreende o carnaval como um princípio de significação do mundo que opera a partir de formas simbólicas concretas. A natureza do carnaval para o autor é a representação da própria vida em si mesma, no qual a brincadeira se transforma em vida real. A relação do carnaval com o mundo sagrado pode ser identificada desde a Idade Média, quando a festa se realizava nos últimos dias que precederiam a grande quaresma. Segundo Bakhtin, todos os ritos e festividades populares deste período se diferenciavam notavelmente das cerimônias oficiais ou formas de culto da Igreja ou do Estado Feudal. Logo, as festas populares ofereciam às pessoas outra visão de mundo e das relações humanas, uma visão de mundo não-oficial e totalmente diferente da visão oficialmente instituída pela Igreja e pelo Estado. Era o que o autor chama de uma “segunda vida” (BAKHTIN, 1993, p.7) a qual as pessoas viviam em ocasiões determinadas.

Logo, para Bakhtin, o carnaval representava uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, colocando em suspenso as relações hierárquicas e os tabus. Era, então, uma festa de alternância e renovação, um período que se mostrava a percepção carnavalesca do mundo oposta a toda ideia de perfeição e imutabilidade. Seus símbolos e linguagens demonstravam a relatividade das verdades e das hierarquias do poder. Bakhtin reconhece a carnavalização como um ato de inversão que aproxima o sagrado e o profano, tratando o carnaval como uma festa potencialmente profanadora. Porém, ao considerarmos o carnaval na realidade brasileira em sua concepção e existência, podemos dizer que o “princípio de carnavalização” do qual nos fala o autor, pode estar presente inclusive em práticas consideradas como religiosas.



Para compreender esse movimento é preciso saber que as escolas de samba no contexto do Brasil têm como seu principal fundamento as religiosidades afro-ameríndias, principalmente a Umbanda e o Candomblé. Este fato pode ser constatado a partir das baterias de grandes escolas que desenvolveram seus toques característicos a partir dos ritmos consagrados aos orixás – entidades míticas e ancestrais cultuadas nessas religiões. Por exemplo, Ogum (sincretizado no catolicismo como São Jorge) e Oxóssi (sincretizado no catolicismo como São Sebastião) são reverenciados pelos ritmistas da Grande Rio, Vila Isabel, Portela e Mocidade. Logo, podemos compreender a guerra ao carnaval e as escolas de samba como mais uma vertente da “guerra santa” travada por parte de cristãos fundamentalistas às práticas afro-culturais e afro-religiosas no Brasil. Além do ritmo e da bateria, a ala das baianas é um dos elementos que mais evidenciam a presença da matriz religiosa africana nas escolas de samba, pois remetem às comunidades negras estabelecidas a partir da década de 1870 na região central do Rio de Janeiro em torno das tias baianas do candomblé. O samba e a religião, então, compõem duas dimensões fundamentais pelas quais as redes de solidariedade dessas comunidades foram tecidas e expandidas e como carnaval e religião no Brasil sempre andaram juntos.

O historiador Luiz Antônio Simas (2019), nos chama atenção para um fato que reverbera esse processo de demonização do carnaval. Em seu livro *Pedrinhas miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros*, afirma que vem crescendo os casos em que passistas, ritmistas e, sobretudo, baianas das escolas de samba abandonaram os desfiles atendendo a reivindicação de seus pastores após se converterem. O que essas igrejas fazem é atribuir ao carnaval, ao samba e suas práticas culturais um perfil maligno, fundamentando suas críticas em uma noção culpabilizante de “pecado”. Com esse movimento, pastores e igrejas retiram das escolas personagens que até o momento da conversão teriam construído nesses espaços seus principais vínculos comunitários. Ou seja, ao promoverem um discurso de salvação cristã, esses religiosos “matam” o que durante muito tempo deu a essas pessoas uma noção de pertencimento cultural e religioso. Neste caso, não é necessário apenas construir uma nova referência de vida, mas aniquilar o que veio antes, destruindo qualquer vestígio de sua tradição e pertença racial. Não seria essa também uma forma de violência?

O debate historiográfico sobre o carnaval no cenário nacional e internacional possuem diversas explicações que podem evidenciar o mito da “não violência” no Brasil, através da ideia já cristalizada do carnaval como alegoria de um Brasil cordial, mestiço, assim, racialmente democrático. No âmbito nacional, temos por um lado Roberto Da Matta (1990), que seguindo a linha interpretativa de Bakhtin, sedimenta um enfoque sobre o caráter subversivo do carnaval,



no qual a festa é representada como libertária, igualitária e universal. Por outro lado, a historiadora Maria Isaura P. de Queiroz (1987), que defende uma interpretação do carnaval enquanto um momento de reforço do *status quo* vigente, no qual afirma que a situação socioeconômica das pessoas se mantém e se reproduz durante os festejos. Logo, há uma generalização da prática carnavalesca entre os diferentes espaços sociais ao longo dos anos, mas a partilha desses espaços pelos diferentes segmentos da sociedade não eram e não são as mesmas.

A partir da década de 1930, quando se iniciou o processo de nacionalização do carnaval, imperou o caráter elitista da festa que impedia os festejos populares de acontecerem nas ruas. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, nesse período, os blocos e cordões,² em sua maioria compostos pelas comunidades negras localizadas em bairros periféricos dessas cidades, sofriam diversas proibições. Em São Paulo, a proibição dos desfiles dos blocos era uma realidade, uma vez que não tinham um espaço definido para suas apresentações, ao contrário do que acontecia com os demais componentes das agremiações dos bairros de elite. Seus componentes recebiam diversas investidas e enquadramentos da polícia. Segundo Zélia Lopes da Silva (2008), os folguedos negros eram tolerados apenas nos dias de festejo, mas durante o ano, os sambistas eram perseguidos pela polícia e enquadrados em “crimes de vadiagem”. Até mesmo o porte de instrumentos era penalizado como “vadiagem”, logo, esses músicos tinham que se dedicar a outras atividades profissionais para se sustentarem como forma de fugir da criminalização e do estigma de “vagabundo”. Sendo assim, a compreensão da violência contra as culturas e religiosidades negras deve passar necessariamente pela análise dos fatores sociorraciais envolvidos em seus contextos.

O carnaval é uma das festas mais populares do Brasil, representada midiaticamente enquanto uma festa onde não há diferenças, seja de raça, de gênero ou de classe social. É compreendida enquanto um período em que toda a sociedade brasileira convive harmoniosamente, em espírito de alegria e efervescência, nunca de violência. Acontece que algumas literaturas mais recentes que abordam o carnaval³ revelam múltiplos processos de violência contidas neste processo de nacionalização da festa, bem como esconde que a nova configuração religiosa brasileira constrói um ambiente favorável para a perpetuação do racismo, sempre direcionada às práticas religiosas e culturais de matriz africana.

.....
² Nos anos 1920 e 1930, os blocos e cordões compunham o que era chamado de “carnaval popular” ou “carnaval de rua”, compostos em sua maioria por comunidades negras e periféricas dos grandes centros urbanos (SILVA, 2008).

³ Na obra *Protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia* (2019), o historiador Petrônio Domingues, faz uma referência ao contexto no qual foram criados os blocos e cordões de São Paulo, uma época na qual o encontro de pessoas negras para sambar, festejar e confraternizar eram malvistas pelas elites e perseguidos pelas forças policiais. A presença da prática cultural negra na esfera pública da cidade, era sempre alvo de violência.



2. O mito da não violência no Brasil e a demonização das religiões de matriz africana

Desde a legitimação de poder por meio da religião à capacidade de instituir critérios e verdades universais, a violência religiosa tem ocupado um lugar significativo em nossa sociedade. Portanto, é importante que sejam feitas sempre novas pesquisas sobre a afinidade entre violência e religião, nos mais diversos aspectos e conjunturas históricas. Conceituar a violência não é uma tarefa simples, pois ela está relacionada a múltiplos valores e configurações culturais, em determinado tempo e lugar. Em sentido usual, uma pessoa violenta é aquela que age com força excessiva e que utiliza qualquer meio para instituir uma ordem ou romper com alguma regra. Bobbio (1996) caracteriza a violência como uma interferência entre os seres humanos, de forma que sua finalidade é destruir e ofender, atuando de forma direta ou indireta.

De maneira geral, fomos educados a pensar na violência enquanto sinônimo de criminalidade. Mas seu sentido é muito mais amplo, não se atendo somente a dimensão física, mas também psicológica, material ou simbólica. Para compreendermos a maneira como a violência atua no Brasil, tanto historicamente quanto atualmente, podemos partir da definição de violência enquanto “a presença da ferocidade nas relações enquanto outro ou por ser um outro” (CHAUÍ, 2021, p. 36).

Partimos do pressuposto de que no Brasil aprendemos a viver sobre “o mito da não violência”, construída historicamente a partir da afirmação de que nossa história foi feita “sem sangue”, afirmação que sustenta a narrativa da sociedade brasileira enquanto uma sociedade pacífica e ordeira. O mito da democracia racial, evidenciado na obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), revela este elogio à harmonia e estabilidade nacional, apoiado na imagem de um povo alegre, generoso e solidário, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas. Ou seja, a harmonia entre a “casa grande” e a “senzala” afirma que somos um povo não violento (CHAUÍ, 2021, p. 37).

O que buscamos afirmar no âmbito dessa discussão é que “o mito da não violência” no Brasil, impacta diretamente a violência real e cotidiana estampada diariamente nos meios de comunicação, incluindo – de maneira não dita – a violência religiosa refletida nos crimes de ódio às minorias, de intolerância religiosa, ou de racismo religioso. Desta forma, o “mito” não é um simples pensamento, mas uma forma de ação que produz comportamentos, práticas e ideias que são reiterados pelos membros de uma sociedade. Nos é oferecida uma imagem unificada da violência, no qual ela apenas estaria relacionada a episódios esporádicos, como chacinas, massacres, guerras,



crimes e vandalismos, que são lugares onde normalmente a violência se situa, se realiza e se racializa. São justamente essas imagens que garantem a perpetuação do mito da não violência.

Podemos afirmar que no Brasil, o lugar efetivo para a produção da violência é a própria estrutura da sociedade brasileira, efetivada em várias faces e tipos. Logo, o machismo, a LGBT-fobia, o racismo e a intolerância religiosa não são, na maioria das vezes, considerados como formas de violência. A sociedade brasileira não é percebida estruturalmente como violenta e a violência aparece como um fato esporádico da superfície.

Na segunda metade do século XIX, a escravidão e o racismo, incluindo o científico, resultaram em larga perseguição ao candomblé e a umbanda no Brasil e a punição de seus seguidores e praticantes. Foram sistematicamente mantidos sob repressão institucional até a década de 1940, respondendo acusações de prática ilegal de medicina, curandeirismo e “magia negra”. Essas acusações e a articulação à peso de lei dessas ideias refletem a estrutura da ortodoxia cristã contra aquilo que na Idade Média se qualificava como feitiçaria e bruxaria (MAGGIE, 1986). Assim, tanto em sua vertente católica como protestante, esse cristianismo pôs em funcionamento aspectos jurídicos e morais para demonizar e aniquilar crenças e práticas de agentes religiosos rivais, em um processo de marginalização sistemática dos cultos e práticas afro-brasileiras.

Desde 1890, a partir do decreto que declara a separação oficial entre o Estado e a Igreja católica, o Brasil – pelo menos no papel – se constitui como um estado laico, acompanhando o advento da república no Brasil como marco de sua modernização. A Constituição de 1891 destituiu a igreja católica como religião oficial do estado e garantiu a liberdade de culto de todas as religiões em território nacional, visando, a princípio, evitar questões com imigrantes protestantes. Ainda assim, o estado brasileiro foi responsável pela formulação de técnicas de controle sobre os cultos de matriz africana. Um procedimento violento com longa duração, buscando disciplinar e controlar os saberes “primitivos” e “inferiores” à luz das instituições. Portanto, no início do período republicano, as invasões de terreiros com a apreensão de objetos sagrados e perseguição a práticas culturais negras mantiveram-se constantes em diferentes localidades do país até, pelo menos, a década de 1940.⁴

Apesar da grande transformação ocorrida no campo religioso brasileiro, o candomblé e a umbanda continuaram sendo perseguidos e alvo de violência. Segundo Ricardo Mariano

.....
⁴ Desde o início do século XX, objetos sagrados de matriz africana estavam sob a posse do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. No ano de 2017, a campanha Liberte Nosso Sagrado foi criada pelo gabinete do deputado Flávio Serafini em articulação com pais e mães de santo, para iniciar a transferência da coleção para o Museu da República, objetivo que foi alcançado somente em 2020. Para saber mais, acessar a seguinte leitura: https://www.academia.edu/52724276/Liberte_Nosso_Sagrado_as_disputas_de_uma_repara%C3%A7%C3%A3o_hist%C3%B3rica



(2015), as motivações por trás dessas violências são eminentemente religiosas, sendo os neopentecostais os principais responsáveis por essas perseguições. Porém, veremos mais adiante que essas motivações possuem também um caráter racial. As razões da demonização dos cultos afro-brasileiros por grupos neopentecostais se baseiam em grande parte em doutrinas que colocam o Diabo no cerne da reflexão teológica. Segundo o autor, essas doutrinas pregam sistematicamente a luta do “bem” contra o “mal”, de “Deus” contra o “Diabo”, adotando, portanto, uma perspectiva claramente dualista que desencadeia uma guerra espiritual pelo domínio da humanidade. O combate desta batalha, para os neopentecostais, é feito a partir da evangelização, libertação e conversão desses indivíduos que estariam submetidos ao poder dos demônios (MARIANO, 2015, p.129).

Desde 1977, quando a primeira Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada no Rio de Janeiro, a perseguição às tradições de origem negro-africana – Umbanda, Quimbanda, Candomblé e afins – se agravou, criando uma espécie de “teologia do espetáculo”, fundamentada na violência e na destruição de tudo que se aparenta identitária, filosófica e liturgicamente relacionado às influências africanas no Brasil. Lideranças religiosas do campo neopentecostal, como R. R. Soares, Valdemiro Santiago e Edir Macedo, principais expoentes da Teologia da Prosperidade no Brasil, disseminaram a ideia de que no Brasil, os cultos afro-brasileiros são os principais canais de atuação do demônio. Assim, o combate a esses cultos e suas entidades – exus, orixás, guias, pretos-velhos, pombas-gira etc. – e suas práticas religiosas tornaram-se uma constante nos cultos públicos da Igreja Universal do Reino de Deus e de outras denominações neopentecostais. Incessantemente evocado e expulso, seja na forma de exus ou “encostos”, o cotidiano dessas igrejas se baseia no combate a essas entidades para salvação daqueles que se encontram empossados pelo mal.

Podemos compreender que tais perseguições e violências (materiais, físicas ou simbólicas) realizadas em nome de uma determinada religião hegemônica, como o cristianismo, e direcionada às religiões de matriz africana, não se configuram somente numa espécie de intolerância ao contrário, numa violência vazia e desconectada da história nacional. Segundo Sidnei Nogueira,

Alguns acreditam que a melhor expressão seja intolerância religiosa. Todavia, no caso das violências praticadas contra as religiões de origem africana no Brasil, o componente nuclear desse tipo de violência contra as CTTro (Comunidades Tradicionais de Terreiro) é o racismo (NOGUEIRA, 2020, p. 44).



Segundo Maria Antonieta Antonacci (2021), povos africanos e afrodiáspóricos tiveram suas tradições, comportamentos e espiritualidade vertidos em animismo ou fetichismo pela racionalidade cartesiana. Quando a literatura decolonial propõe contar essa história em uma perspectiva africana, identifica-se que a África foi transportada para vários lugares do mundo levando consigo sua plenitude cultural e social, inclusive suas espiritualidades e crenças, que muitas vezes se configuravam o único meio de resistir frente a escravidão. Como afirma Antonacci, princípios, crenças e valores que permeiam padrões religiosos organizam formas de pensar, produzir e socializar conhecimentos. Dessa forma, as percepções em relação ao sentido das violências direcionadas às comunidades de matriz africana nos mostra a continuidade de um sistema colonial de base escravista, no qual a criminalização, a humilhação e principalmente o racismo, são as bases que fundamentam a violência e a hierarquia de seus poderes.

2. Por que racismo religioso?

Nos estudos acadêmicos sobre a violência religiosa no Brasil, principalmente contra as religiões de matriz africana, há um debate que se estabelece em relação a pertinência e a utilização dos termos “guerra santa” ou “batalha espiritual” – que se refere aos primeiros trabalhos no Brasil sobre as violências cometidas por neopentecostais derivadas do discurso do “bem” e do “mal”; *intolerância religiosa*, quando a violência é realizada por motivo de crença ou função religiosa; e mais recentemente o termo racismo religioso, quando aponta o atravessamento da questão racial nas violências cometidas contra as religiões de matriz africana (SANTOS, 2022, p.38). Lidia Santos (2022) afirma que as reformulações teóricas acontecem por conta de um agravamento expressivo nos últimos anos, da violência contra terreiros e pessoas pertencentes ao candomblé ou a umbanda. Logo, pode-se afirmar que há um debate político e epistemológico na utilização dos termos *intolerância religiosa* e *racismo religioso*.

O termo *racismo religioso*, no plano do debate conceitual atual, se coloca como um conceito nativo que vem sendo utilizado pelas próprias lideranças afro-religiosas que passam a se posicionar, acentuando o caráter racista dos casos de violência sofridos por elas. Esses ataques seriam resultados de uma postura teológica cristã/evangélica de demonização dos cultos afro junto a ideologias raciais que estruturam o pensamento e a prática religiosa brasileira (SANTOS, 2022, p.45).

Para Wanderson Flor do Nascimento (2017), o termo *intolerância religiosa* não é suficiente para enquadrar as violências contra os povos de terreiro. Para realizar essa constatação, é importante analisar esse crescente espectro de violências que observamos atualmente como resultado de uma hierarquia opressiva que estrutura o mundo social, subjugando modos de produção de



conhecimento, de cultura e de organização do trabalho. Por isso, é fundamental perceber o cruzamento das relações entre racismo e práticas de violência, relacionadas aos ataques às religiões de matriz africana.

O autor afirma ainda que a hegemonia cristã não faz com que qualquer religião não-cristã seja atacada da mesma forma. Templos budistas, sinagogas ou mesquitas não são vilipendiadas como acontecem com os terreiros de Candomblé e Umbanda. A hipótese do autor é que o que incomoda nas religiões de matriz africana é a presença dos elementos africanos não apenas em seus rituais, mas em seu próprio modo de organizar a vida, a política e a família. Portanto, é o modo de vida negro que é atacado:

O que está em jogo é exatamente um desrespeito em relação a uma maneira africana de viver, um modo negro de organizar as relações com o mundo, com a comunidade, com a natureza e com as outras pessoas (NASCIMENTO, 2017, p.54).

Afirmar as violências contra as religiões de matriz africana enquanto práticas de um racismo religioso ao invés de enquadrá-las somente enquanto *intolerância religiosa* é uma forma de confrontar a mentalidade racista que permeia a sociedade brasileira que ataca sistematicamente tudo que se relaciona com heranças africanas. Essas religiões não se constituem apenas enquanto religiões, a partir da compreensão ocidental deste conceito, mas como modos de vida integrais que comportam em si mesmo diversas espiritualidades. Diante de tal cenário, a existência dessas religiões até hoje pode ser considerada como um dos mais importantes atos de resistência contra o racismo no Brasil (NASCIMENTO, 2017, p.54).

O historiador e babalorixá Ivanir dos Santos (2021), afirma que as categorias intolerância religiosa e racismo religioso não se anulam, mas precisam ser compreendidas dentro dos parâmetros daquilo que as fundamentam. Ao aplicá-las é preciso ter consciência de seus usos e limitações. De todo modo, o racismo religioso apresenta um contraponto político-teórico à intolerância religiosa, pois neste último fica escondido o atravessamento racial presente nessas violências. O ataque aos terreiros e aos seus adeptos passam a ser compreendidos, então, enquanto uma prática racista.

Logo, segundo Sidnei Nogueira (2020), o que está posto, no caso das perseguições às comunidades tradicionais de terreiro, é um racismo religioso que se fundamenta em um tipo de *racismo epistêmico*. Partindo da compreensão de que epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido, é por via desse conhecimento que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Nesse caso, o



objeto do racismo já não é o indivíduo, mas a negação de uma forma simbólica e semântica de existir (NOGUEIRA, 2020, p.47).

Compreende-se, portanto, que a violência física ou simbólica sofrida por adeptos das religiões afro-brasileiras no Brasil atualmente, tem como origem o racismo estrutural e epistêmico que cria cotidianamente uma cultura de intolerância que repousa desde os tempos coloniais em práticas de violência atual naquilo que podemos chamar de *racismo religioso*. É esse *racismo religioso* que classifica as entidades de culto afro-religiosos como demoníacas, tornando seus adeptos alvos de uma violência que se traduz não mais diretamente através do Estado, mas cotidianamente num grande conjunto da sociedade brasileira.

A violência que provém do *racismo religioso* pode ser percebida através da inferiorização constante dos conteúdos culturais diretamente ligados às heranças negras brasileiras, baseando-se numa superioridade moral, teológica e cultural cristã. Para ilustrar tal afirmação, podemos fazer referência aos ataques proferidos por evangélicos ao povo de santo no âmbito da vitória da Escola de Samba Grande Rio, no carnaval de 2022, que teve como tema *Fala Majeté! Sete chaves de Exu*, que trouxe para avenida o orixá do panteão africano mais atacado e demonizado pelos evangélicos no Brasil.

Nos últimos anos, as relações entre política e religião no Brasil, que se traduzem no aumento da presença político-religiosa cristã e evangélica no país, estão relacionadas diretamente com o avanço da violência e dos ataques contra adeptos e locais de cultos afro-brasileiros. Esta violência se amplia ao lado do destemor das implicações penais e civis destes atos diante dessa realidade, bem como um discurso declarado que reafirma o poder das religiões cristãs sobre as leis e sobre o imaginário de toda a sociedade – “Deus acima de todos”, “ministro terrivelmente evangélico”, etc. A partir dos casos que serão apresentados no próximo tópico, perceberemos que as vítimas de violência simbólicas, verbais ou físicas, não são escolhidas aleatoriamente, e nem seus algozes grupos religiosos diversos. Todos esses partem de uma construção teológica e epistêmica racista, construídas a partir da radicalização da fé cristã.

3. Casos de racismo religioso no carnaval de 2022

Após dois anos suspenso pela pandemia da Covid-19, o carnaval de 2022 foi marcado pelo retorno das Escolas de Samba à avenida. Além de marcar a retomada da festa mais esperada do ano pelos brasileiros e brasileiras, em abril de 2022 as avenidas do sambódromo do Rio de Janeiro e São Paulo contaram com a presença intensa e em grande quantidade de orixás e entidades das religiões de matriz africana.



Segundo o pesquisador e antropólogo Lucas Bártolo (2022), as referências a universos religiosos são uma constante nas apresentações das escolas de samba no carnaval carioca, mas é preciso destacar que desde 2016 não houve um carnaval sem que pelo menos uma delas abordasse a religião como tema central de seus enredos. Essa tendência estaria relacionada a crise econômica que desde 2015 freou o patrocínio às escolas, que muitas vezes funcionava como critério definidor dos temas levados por elas à avenida. Isso abriu a oportunidade de que os carnavalescos pudessem desenvolver temas autorais sensíveis à realidade e identidade das agremiações (BÁRTOLO, 2022).

Em São Paulo, a Barroca Zona Sul levou para a avenida a devoção a Zé Pilintra, entidade das religiões afro-brasileiras popularmente conhecida como “malandro”. O tema do samba enredo da Barroca foi intitulado “A Evolução está na sua fé... saravá seu Zé!”. O desfile contou com uma ala que fazia referência a outras entidades da umbanda como preto velho, caboclo, boiadeiro, baiano, cigano, erê e marinheiro. A figura de Zé Pelintra, representada por seu terno de linho branco, gravata vermelha e chapéu de malandro, é frequentemente alvo do racismo religioso ao ser demonizado pelas religiões cristãs, por ser uma entidade lida como amante das festas e madrugadas, das bebidas, do carteadado, e por seu poder de sedução. O carnavalesco responsável pela produção do desfile, Rodrigo Meniers de Oliveira, afirma que:

A responsabilidade é muito grande porque tem a questão da intolerância religiosa, tem a questão do mau olhado, por ser uma entidade religiosa. Então tem toda essa responsabilidade de explicar o tema de uma maneira que todo mundo compreenda o lado bom. Só tem lado bom, na verdade, na nossa opinião, sobre o que a gente está falando.⁵

No Rio de Janeiro, o orixá Exu—divindade presente nas religiões de matriz africana, responsável em fazer a ponte entre os seres humanos e o mundo dos deuses e orixás. —, a escola Grande Rio levou para a avenida o enredo “Fala Majeté! Sete chaves de Exu”. Considerado o orixá guardião e aquele que “abre os caminhos” da sorte, Exu é uma entidade complexa, e com muitas variações. É irreverente, brincalhão, e foge de uma dualidade fixa de “bom” e “ruim”, “alegria” e “tristeza”, “pecado” e “santidade”. Do panteão dos orixás, é o que se estabelece mais próximo a vida terrena, estando sempre associado ao carnaval, às festas e às artes. Sob a mira tanto do *racismo epistêmico* como do *racismo religioso* da intolerância religiosa, Exu é equivocadamente associado à figura do Diabo no imaginário cristão. Segundo Gabriel Haddad e Leonardo Bora,

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2022/noticia/2022/04/15/barroca-zona-sul-veja-o-enredo-e-cante-o-samba.ghtml>. Acesso em 22 nov. 2022.



carnavalescos da Grande Rio, a escolha do tema aconteceu também para combater a demonização da cultura afro:

O enredo deste ano, como dos anteriores, visa desconstruir essa imagem estereotipada, o racismo religioso, a intolerância e a demonização de religiões como o candomblé, a umbanda e as macumbas. Por isso, as sete chaves, para abrir o conhecimento sobre Exu.⁶

A Grande Rio foi campeã do carnaval carioca em 2022 e causou uma enorme repercussão nas mídias e redes sociais. Houve grande compartilhamento de imagens da apresentação da comissão de frente, onde Exu foi interpretado pelo ator Demerson D'Alvaro. Além de ter sido um dos assuntos mais comentados do momento, a vitória trouxe um impacto importante no combate à desinformação e ao *racismo religioso*. Exu foi reconhecido como patrimônio imaterial do Rio de Janeiro, a partir da criação de um projeto de lei Nº 1204/2022 protocolado na câmara dos vereadores no dia 27 de abril de 2022, apresentado pelo vereador Átila A. Nunes (PSD). A proposta é que a partir desse projeto se possa desmistificar representações afro-religiosas e combater o racismo religioso contra o orixá, historicamente demonizado equivocadamente por ignorância, preconceito e racismo.

Apesar das repercussões positivas que a vitória da Grande Rio gerou – o desfile foi noticiado nos maiores jornais do país, mostrando com detalhes a apresentação, a caracterização do personagem –, muitos foram os ataques por parte de fundamentalistas religiosos sofridos pela Escola de Samba, seus frequentadores e à pessoas pertencentes às religiões de matriz africana, ou seja, configurando casos de intolerância e *racismo religioso*. O primeiro caso de violência a repercutir foi a fala do ex-presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, fazendo referência a Raquel, de 11 anos, que morreu no dia 22 de abril após ser imprensada por um carro alegórico antes do desfile da Escola Em Cima da Hora, no Carnaval do Rio de Janeiro:

No carnaval em que uma menina negra de 11 anos morreu esmagada por carro alegórico, na Sapucaí, sem que nenhum carnavalesco se importasse (muitos reclamaram do atraso provocado pelo socorro), faz todo sentido que Exu seja o grande vencedor.⁷

.....
⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2022/noticia/2022/04/26/fala-majete-sete-chaves-de-exu-entenda-o-enredo-da-grande-rio-campea-do-carnaval-do-rj.ghtml>. Acesso em 22 nov. 2022.

⁷ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2022/4/26/intolerancia-religiosa-veja-reaes-criminosas-de-odio-ao-enredo-campeo-sobre-exu-113539.html>. Acesso em 22 nov. 2022.



O Babalorixá Sidnei Nogueira também foi alvo da violência religiosa, após manifestar-se em suas redes sociais sobre a vitória do enredo sobre o orixá Exu no carnaval do Rio de Janeiro. Suas publicações receberam uma série de comentários ofensivos, que atacavam não só a sua pessoa, como a Exu e as religiões de matriz africana no geral. Em uma de suas entrevistas concedidas, Sidnei disse que:

Evangélicos que não são meus seguidores vieram me atacar por mensagens privadas. “Tá reprechido em nome de Jesus”, “Você vai morrer”, disseram. Uma pessoa chegou a falar que eu tenho sangue nas mãos. Que eu matei a menina que morreu em um acidente com um carro alegórico. Como uma pessoa pode fazer essa associação?⁸

Assim como eles, outras lideranças religiosas relataram ataques virtuais desde o desfile da Grande Rio, que pretendia desmistificar a imagem de Exu, demonizada por muitos grupos de cristãos no Brasil. Sidnei chegou a articular uma mobilização com lideranças de terreiros e juristas, para responder ao que ele classifica como *racismo religioso*. Os ataques que receberam foram realizados, inclusive, diretamente por *influencers*, políticos, pastores e cantores gospel. O babalorixá e o advogado e ex-secretário de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, Hédio Silva Júnior, enviaram uma notificação extrajudicial para o *Youtube*, solicitando a retirada de vídeos com conteúdo de racismo religioso relacionados com a Escola de Samba Acadêmicos da Grande Rio.

No âmbito da denúncia foi realizado um documento listando diversos canais e vídeos da rede social que abordaram o tema nos termos de uma “batalha espiritual” contra demônios, acusando a escola de colocarem pessoas sendo “possuídas” durante o desfile. Um dos vídeos citados no documento é o do cantor gospel Rafael Bittencourt, intitulado “Possuídos! Carnaval e a verdade que não te contaram! Batalha espiritual!”, no qual afirma que a escola colocou na avenida “pessoas sendo possuídas pelo demônio” e “Jesus sendo humilhado pelo diabo”. Outro canal denunciado no documento é o do pastor Rodrigo Mocellin, da igreja evangélica Resgatar Guaratinguetá, que postou o vídeo intitulado “Carnaval 2022: EXU é descrito como bonzinho”, no qual coloca o carnaval enquanto uma festa demoníaca, afirmando que: “melhor retratar o Carnaval, essa festa de horrores [...] por meio de Exu. Cristo não tem nada a ver com alcoolismo, adultério, destruição de famílias, acidentes de trânsito”.⁹ O vídeo chegou a ser visualizado por mais de 229 mil vezes.

⁸ Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/o-racismo-religioso-quer-demonizar-exu-diz-autor-de-livro-sobre-intolerancia-religiosa/>. Acesso em 22 nov. 2022.

⁹ Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/o-racismo-religioso-quer-demonizar-exu-diz-autor-de-livro-sobre-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 22 nov. 2022.



Além da violência digital através dos ataques feitos ao Babalorixá Sidnei e dos vídeos postados pelos pastores, houve um caso de violência física, relacionada ao enredo da Grande Rio. A manicure Bruna Rodrigues Vaz foi agredida e perdeu a visão do olho direito após escutar o samba enredo sobre Exu em sua própria residência. A vítima afirma que bastou tocar o samba em sua própria casa, que o agressor desconhecido, que estava no bar do outro lado da rua, iniciou as agressões. Bruna relembra o momento da agressão: “Ele já veio com o facão e não queria saber aonde ia pegar ou em quem ia pegar. Eu estava na calçada. Foi na hora que eu passei e o facão veio me acertar”.¹⁰ O caso foi registrado em Itaboraí (RJ) e o agressor está foragido.

A homenagem ao orixá Exu que deu a vitória a Escola de Samba Grande Rio, como podemos observar, fez com que o *racismo religioso* e a histórica hostilidade às religiosidades de matriz africana, se manifestassem de diversas formas, através de ataques físicos e virtuais. Muitos cristãos, principalmente os cristãos evangélicos, utilizaram suas redes sociais para manifestar discursos de ódio em cima do que chamam de “batalha espiritual”, revelando diversas faces de um racismo religioso que se articula teologicamente todos os dias. Tudo isso reitera a convicção de que as religiões de matriz africanas são demoníacas, sendo, portanto, inimigas dos valores cristãos e do próprio Cristo, e que a espiritualidade africana é algo que deve ser aniquilada e abandonada pelas pessoas. Ao exporem suas crenças deliberadamente nos meios de comunicação, redes sociais e espaços públicos, declaradamente hostis à outras crenças, esses religiosos cristãos protagonizam, desqualificam e rebaixam política e moralmente os adeptos dos cultos afro-brasileiros, bem como suas crenças e práticas religiosas.

Não é somente as religiões de herança africana que sofrem esse tipo de perseguição, mas toda a cultura proveniente da herança africana, como a própria festa do carnaval. Para os evangélicos permanece a ideia de que o carnaval é uma “festa do pecado”, da depravação moral e espiritual, no qual a cidade é tomada por um espírito demoníaco que pretende dominar a cidade e seus habitantes. O teólogo carioca Ronilso Pacheco (2022), ao tratar do caso em sua coluna, afirma que à “medida que o número de visualização destes vídeos vai aumentando, uma rede de legitimação de racismo religioso e violência vai se perpetuando”. O ambiente que fomenta essa violência está sempre posto e atuando através de seus discursos de ódio estruturados em uma visão colonial e preconceituosa contra as religiões afro. Quando um terreiro é atacado e violentado, por exemplo, é a reverberação dessa violência que já é fomentada dentro do ambiente das igrejas. A vitória da Grande Rio, acaba expondo essa face violenta e perseguidora do cristianismo.

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/16/intolerancia-religiosa-mulher-foi-agredida-e-perdeu-visao-do-olho-direito-por-escutar-o-samba-da-grande-rio-em-homenagem-a-exu.ghtml>. Acesso em: 22 nov. 2022.



No dia 12 de janeiro de 2023, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei 14.532/23 que tipifica como crime de racismo a injúria racial. Ao ser sancionada, a lei atesta que o racismo estrutural é uma realidade da sociedade brasileira e precisa ser combatido. A lei afirma que “sem prejuízo da pena pela violência, quem dificultar, impedir ou empregar violência contra quaisquer manifestações ou práticas religiosas será punido com reclusão de um a três anos e multa”.¹¹ Portanto, podemos dizer que é também um reflexo do aumento dos diversos tipos de violências que foram citadas ao longo do texto, que se refletem em âmbitos culturais, artísticos e religiosos.

Considerações finais

Pode-se observar, então, que o aumento de enredos com temáticas que fazem referência ao universo afro-religioso no carnaval dos últimos anos, pode ser considerado uma resposta ao aumento de casos de violência contra seus adeptos, seus espaços e objetos sagrados. O próprio carnaval se torna alvo da violência, a partir da demonização dessa festa por parte de neopentecostais, pois o carnaval leva para a avenida a narrativa de outros “Brasis” que desmistificam a história oficial.

Há também uma dimensão política que pauta essa discussão. As escolas de samba trazem em seus enredos a denúncia da realidade social em um contexto de ameaça às políticas de igualdade social e reparação, consolidando o carnaval como uma arena de luta por legitimidade social e direitos. Além disso, tecem novas possibilidades de futuro por meio das pessoas que dão corpo a escolas de samba, em sua maioria negras, e de suas narrativas que possibilitam outras chaves de leitura e construção de mundo.

No panorama brasileiro, como foi visto ao longo do artigo, a maioria desses conflitos bem como o uso da violência é feito não exclusivamente, mas não só, por adeptos das igrejas neopentecostais em direção às religiões afro-brasileiras. As principais motivações estariam relacionadas socialmente à disputa do mercado religioso nas regiões periféricas dos centros urbanos, ao controle político dos setores cristãos, e ao controle epistemológico e teológico, que continuam a demonizar as entidades de cultos afros – orixás, pretos velhos e guias –, como desqualificar qualquer traço de cultura e saber africano em solo brasileiro – revelando o racismo epistêmico e religioso que estruturam as relações sociais no Brasil.

.....
¹¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial>. Acesso em: 15 fev. 2023.



Referências bibliográficas

- ALVES, Luiz Gustavo. “*Liberte Nosso Sagrado*”: as disputas de uma reparação histórica. Dissertação (Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. Expressões corporais e Religião. *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo: EDUNB, 1993.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOMINGUES, Petrônio. *O protagonismo negro em São Paulo: história e historiografia*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.
- LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Dicionário da história social do Samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- MARIANO, Ricardo. *Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros. Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2015.
- MARINHO, Paula Márcia de Castro. Intolerância Religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social. *Revista Sociedade e Estado*, v. 37, n. 2, maio/ago. 2022.
- NASCIMENTO, Wanderson Flor do. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. *Revista Eixo*, Brasília-DF, v. 6, n. 2 (Especial), novembro de 2017.
- NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa*. São Paulo: Pólen, 2020.
- QUEIROZ, M. I. P. Carnaval brasileiro: da origem europeia a símbolo nacional. *Ciência e Cultura – SBPC*, v. 39, n. 8, p. 717-29, 1987.
- SANTOS, Lidia Ribeiro Bradymir dos. *Da Guerra Santa ao racismo religioso: desdobramentos teóricos do conflito religioso em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2022.
- SILVA, Zélia Lopes da. *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- SILVA, Wagner Gonçalves da. *Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2015.



Dados da autora

Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) – 2021; Doutoranda em Ciência da Religião pela PUC – SP. E-mail: ap_pedra@hotmail.com.

Recebido em 24/02/23

Aprovado em 07/03/23